



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA DE ARAGUANÃ-TO

Código 3972024542

QUARTA, 11 DE DEZEMBRO DE 2024

ANO II

EDIÇÃO N° 397 SUPLEMENTO 01

Estado do Tocantins Prefeitura Municipal de Araguanã-TO

Av. Araguaia, S/N° - Centro Araguaña-TO / CEP: 77855-000

Max Nylton Barbosa da Silva Prefeito Municipal

Prefeito Municipai

Editado e Publicado por:

Coordenação do Diário Oficial Eletrônico

- **☑** Diário Oficial Assinado Eletronicamente.
- ✓ Em acordo com Validador I.T.I. versão 2.11rc5.
- ✓ Imprensa oficial instituida por 357 de 01 de Fevereiro de 2021

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Diário Oficial na internet, no endereço

https://www.araguana.to.gov.br/diariooficial por meio do código de verificação ou QR Code.

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA



Conforme MP 2.200-2/01 e Lei 14 063/20



CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

3972024542

SUMÁRIO

▶ Prefeitura Municipal
LEI N. 419/2024 - Escuta Especializada
LEI Nº 420/2024 - Tempo integral Educacional
LEI Nº 424/2024 - Política de Alfabetização 1º e 2º ano
LEI Nº 425/2024 - Cria Secretaria da Mulher - SMM
LEI Nº 426/2024 - Cria Planejamento e Governo

Gerado via Sistema de Diário Oficial Eletrônico ® v.2.3.1

PREFEITURA MUNICIPAL



LEI N. 419/2024

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2.024

Dispõe sobre a Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no Município de Araguanã, e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS APROVOU, e eu PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui, no âmbito do Município de Araguanã, o procedimento de escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com a Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017, e outras legislações pertinentes.

Art. 2º Entende-se por escuta especializada o procedimento de entrevista sobre situação de violência, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento de sua finalidade, realizado perante órgão da rede de proteção, por profissionais capacitados, respeitando os direitos da criança e do adolescente, sem gerar revitimização.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios que norteiam a escuta especializada:

Municipio de Araguanã - TO CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã – TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144 E-mail: maxbarbosaprefeito@gmail.com Site: araguana.to.gov.br



- I. Respeito à dignidade e à privacidade da criança ou adolescente;
- II. Evitar a revitimização por meio de múltiplas inquirições;
- III. Sigilo das informações obtidas;
- IV. Acolhimento humanizado;
- V. Proteção integral da vítima ou testemunha.
- **Art.** 4º O objetivo da escuta especializada é proporcionar um atendimento adequado, humano e seguro, garantindo a integridade psicológica da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

- Art. 5º A escuta especializada será realizada por equipe multidisciplinar composta por profissionais devidamente capacitados, tais como: I. Psicólogos;
 II. Assistentes sociais; III. Profissionais de saúde ou educação, desde que capacitados.
- **Art.** 6º A escuta deverá ocorrer em espaço físico apropriado, com infraestrutura que garanta privacidade, segurança e acolhimento adequado à vítima ou testemunha.
- **Art. 7º** O Município poderá firmar parcerias intermunicipais, estaduais ou com o Governo Federal para garantir o cumprimento desta Lei, visando o compartilhamento de recursos, capacitação profissional e infraestrutura.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO DE ESCUTA

Municipio de Araguanã - TO CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã – TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144
E-mail: maxbarbosaprefeito@gmail.com Site: araguana.to.gov.br



Art. 8º O procedimento de escuta especializada será iniciado sempre que houver indício ou denúncia de violência praticada contra criança ou adolescente, conforme definido pela Lei nº 13.431/2017.

Art. 9º A escuta será realizada uma única vez, salvo em situações excepcionais justificadas, devendo ser devidamente documentada e encaminhada às autoridades competentes (Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário, etc.).

Art. 10 O profissional responsável pela escuta especializada deverá garantir que a vítima ou testemunha seja ouvida de forma respeitosa, resguardando-se o sigilo das informações obtidas.

CAPÍTULO V - DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Art. 11 O Município promoverá, periodicamente, cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais responsáveis pela escuta especializada, assegurando a qualidade do atendimento prestado.

Art. 12 Poderão ser firmadas parcerias com instituições públicas ou privadas para a realização de cursos de capacitação e qualificação continuada dos profissionais envolvidos no processo de escuta.

CAPÍTULO VI - DO ACOMPANHAMENTO E PROTEÇÃO PSICOSSOCIAL

Art. 13 Após a realização da escuta especializada, a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência terá garantido o direito ao acompanhamento psicossocial, visando sua recuperação e proteção integral.

Municipio de Araguanã - TO CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã – TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144 E-mail: <u>maxbarbosaprefeito@gmail.com</u> Site: araguana.to.gov.br



- **Art. 14** O acompanhamento psicossocial será realizado por meio da rede de proteção municipal, composta por órgãos como:
- I. Assistência Social; II. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
 - III. Unidades Básicas de Saúde (UBS);
 - IV. Demais serviços de proteção a crianças e adolescentes.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024.

MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA Prefeito Municipal



LEI Nº. 420/2024

04 DE DEZEMBRO DE 2024.

"INSTITUI E DEFINE DIRETRIZES GERAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUANÃ-TO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições Constitucionais, Legais e ainda de acordo com a Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal apreciou, aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui e define diretrizes gerais a serem observadas na implantação da política de educação integral em escola de tempo integral no Sistema Municipal de Ensino de Araguanã - TO.

Parágrafo Único - A política educacional define as diretrizes e as concepções que contemplam as ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos, estabelecendo metas, ações e estratégias, de acordo com as intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

DAS CONCEPÇÕES

- **Art. 2º** A educação integral visa à formação integral do estudante independente do tempo de permanência na escola e, a escola de tempo integral, pode ser um caminho potencializador para efetivar com eficácia a política pública de educação em tempo integral, pois esta exige mais tempo disponível de estudantes, de professores e de outros agentes sociais, que podem contribuir com a escola.
- §1º A formação integral, efetivada por meio da educação integral, é aquela que considera o sujeito em sua condição multidimensional (física, cognitiva, intelectual, afetiva, sociale ética), inserido num contexto de relações.
- §2º A escola de tempo integral é aquela que oferece uma carga horária mínima igual ou superior a (07) sete horas diárias, com atendimento diário aos estudantes em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos. Incluindo-se nesse período o tempo destinado a todas as atividades didático pedagógicas, como: atividades curriculares, alimentação, passeios, higienização e etc.

CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



- **Art 3º** As Escolas de Tempo Integral para uma Educação Integral no Sistema Municipal de Ensino têm como principais objetivos:
- I viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;
- II adequar as condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens didáticas e pedagógicas;
- **III** atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades e competência para construir novos conhecimentos;
- IV oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;
- V proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;
- **VI** orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- VII aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem significativa dos estudantes, bem como aumentar os índices quanto à qualidade do ensino público;
- **VIII** ofertar atividades educacionais à realidade de cada região e/ou escola, ampliando tempos, espaços e oportunidades educacionais;
- **Art.** 4º Na Educação Infantil é oferecido a Escola de Tempo Integral para casos em que a família necessitar e conforme a capacidade e as condições de oferta de cada instituição.
- **Art.** 5º No Ensino Fundamental a escola de Tempo Integral funcionará em dois turnos manhã e tarde, com uma jornada de 8 (oito) aulas diárias de 50 (cinquenta) minutos, computando o horário do almoço e higienização, contabilizando carga horária semanal de 40 horas.

PÚBLICO ALVO

Art. 6º - O público-alvo para a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar será para os estudantes matriculados das escolas do Sistema Municipal de Ensino de Araguanã-TO.



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



DAS ESCOLAS

- **Art. 7º** A Escola Municipal de Ensino Fundamental que implantar o regime de Tempo Integral e continuar atendendo ao segmento Ensino Fundamental parcial terá suas matrizes curriculares de todos os anos constituídas da seguinte forma: pelos componentes curriculares e respectivas cargas horárias que compõem a matriz curricular do Ensino Fundamental da escola sendo:
- I 4h diárias no Ensino Regular, com atividades ministradas por docentes conforme legislação específica;
- II Ampliação de 4h no contraturno, sendo 1h almoço e descanso monitorado, e 3h/a com aulas práticas de oficinas pedagógicas da base prioritária Língua Portuguesa e de Matemática e da base diversificada (Oficinas Pedagógicas da base prioritária de Língua Portuguesa e matemática), Esporte e Lazer, Cultura, Arte, Educação Patrimonial, Comunicação/Cultura Digital e Tecnológica, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica, Direitos Humanos e Cultura de Paz, Projeto de Vida) a serem desenvolvidas com metodologias, estratégias, recursos didático-pedagógicos específicos e com as cargas horárias que se encontram estabelecidas no presente Projeto de Lei.

Parágrafo único: para os fins do disposto nessa lei, até a construção de uma escola padrão, com infraestrutura adequada os estudantes farão as refeições (almoço) em suas residências.

- **Art. 8º** A organização curricular da Escola de Tempo Integral inclui o currículo básico do Ensino Fundamental e Componentes Complementares direcionados para: Formação Geral Básica e Atividades Complementares.
- I Para a Formação Geral Básica a matriz curricular será organizada com base na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Documento Curricular do Tocantins/Araguanã, composto das seguintes áreas e componentes curriculares, de acordo com o Anexo – II, desta Lei:
- a) Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Arte e Educação Física;
- b) Área de Matemática e Ciências da Natureza: Matemática e Ciências
 Naturais: c) Área de Ciências Humanas: Geografia, História e Ensino Religioso.
- II A matriz das Atividades Complementares será constituída de sete componentes curriculares a saber: Leitura e Produção Textual, Matemática, Projeto de Vida, Prática Esportiva e Corporal, Artes e Estudo Orientado (pesquisa),



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



Art. 9º – O Horário de Aulas será distribuído com 04 aulas de 60 minutos, em um turno e 03 aulas de 60 minutos no contraturno com pausa para o lanche e o almoço,

Parágrafo único: Para uma melhor organização das atividades é necessária a interlocução entre a Base Nacional Comum e Parte diversificada de forma intercalada nos dois turnos de funcionamento da unidade de ensino, para promover a integração entre a Base Comum e Base Integral.

- **Art. 10** A escola que oferece educação integral em tempo integral deve ter um regimento escolar aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, o qual refletirá as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização e funcionamento da escola, segundo as orientações preconizadas na legislação própria, de modo que:
- I apresente os fins e os objetivos da educação integral em escola de tempo integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;
- II explicite as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;
- III fundamente a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da Base Nacional Comum com os componentes curriculares e projetos da parte diversificada, os planos de estudo que contemple a matriz curricular adotada e os planos de trabalho dos professores e demais profissionais;
- V aponte os critérios de organização da escola: especifique seu regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação;
- VI indique as formas de gestão da escola, os recursos humanos e respectivas atribuições, os serviços oferecidos, bem como sobre o corpo discente, os pais ou responsáveis e o Círculo de Pais e Mestres;
- VII indique os princípios que orientam as relações entre todos os membros da comunidade escolar;

VIII- apresente as disposições gerais;

DA GESTÃO DA ESCOLA



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



- **Art. 11** A implantação da educação integral em tempo integral impõe a necessidade de repensar os critérios de organização do quadro de pessoal das escolas, o qual precisa ser adequado a essa realidade.
- § 1º A escola de tempo integral necessita de, no mínimo, os seguintes profissionais, sendo que os profissionais da educação devem possuir a titulação prevista na legislação vigente: I equipe diretiva da escola (diretor e vice-diretor);
- I coordenador pedagógico;
- II professores das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares;
- III professor coordenador das áreas de Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas.
- IV coordenação de Turno e/ou Supervisor de pátio;
- V profissionais de apoio à educação e monitores escolares (profissionais/servidores de outras áreas, estudantes universitários, estagiários, entre outros atores sociais), que atuam de forma temporária nas atividades pedagógicas dos temas/projetos específicos.
- **§2º** As atividades educativas são de responsabilidade dos gestores e dos professores da escola, contudo outros profissionais de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo, dentro e fora da escola, sob a orientação da coordenação pedagógica.
- §3º Cabe à Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a direção/equipe diretiva e à coordenação pedagógica propor e organizar espaços e tempos que permitam as articulações necessárias, de forma a realizar uma gestão integrada de toda a escola e, intersetorialmente, articulada às outras políticas públicas do Município.
- §4º A formação continuada e diferenciada para o corpo docente e demais profissionais que atuam na educação integral em escola de tempo integral é de suma importância, a fim de buscar a superação das dificuldades encontradas no cotidiano da tarefa educativa, considerando seus diferentes perfis, contextos e as inovações que se impõem como exigências, interesses e expectativas das atuais gerações.

DA REGULARIZAÇÃO DO NOVO REGIME ESCOLAR

Art. 12 - A mudança do regime escolar de turno parcial para o turno integral de cada escola fica regulamentada devendo ser implantada de acordo com a necessidade e possibilidade de cada unidade escolar. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação deverá oficializar ao Conselho Municipal de Educação.



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Educação, mediante os documentos encaminhados, realizará a análise dos aspectos relevantes à mudança do regime escolar, podendo opinar pela verificação "in loco" para averiguar as condições gerais da escola, como:

- I número de vagas, turmas e salas;
- II currículo da escola, espaços para desenvolver o trabalho proposto e recursos humanos qualificados e suficientes;
- **III** articulação do currículo entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, verificando se o disposto é possível e exequível, bem como a metodologia adotada, critérios e periodicidade da avaliação;
- IV orientação para os registros na documentação geral da escola e dos estudantes em função do novo regime escolar.
- **Art. 13** Revogadas as disposições em contrário, este Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguanã/TO, aos 04 dias do mês de dezembro de 2024.

MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA Prefeito Municipal



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL QUADRO CURRICULAR EDUCAÇÃO INFANTIL

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA/GRUPOS POR FAIXA ETÁRIA							
	С	RECHE	PRE-ESC OLA	CF	RECHE	PRE-ESCOLA		
	BERÇARIO II (bebês – zero a 1 ano e 6 meses)	(crianças bem pequenas – 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	(crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses)	BERÇARIO II (bebês – zero a 1 ano e 6 meses)	(crianças bem pequenas – 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	(crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses)		
OEU, OOUTRO E O NÓS CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS TRAÇOS, SONS, CÓRES E FORMAS	20 horas	20 horas	20 horas	800 horas	800 Horas	800 Horas		
ESCUTA, FALA, PENSAMENTOS E IMAGINAÇÃO ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMA- ÇÕES	CA	RGA HORARIA SEM	ANAL	C	arga horaria and	JAL		



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



		EDUCAÇÃO	INFANTIL - TEMP	DINTEGRAL			
	C	RECHE	PRE-ESC OLA	CI	CRECHE		
PARTE DIVERSIFICADA	BERÇARIO II (bebês – zero a 1 ano e 6 meses)	(crianças bem pequenas – 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	PRE I E PRE II (crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses)	BERÇARIO II (bebês – zero a 1 ano e 6 meses)	(crianças bem pequenas – 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	(crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses)	
Atividades Esportivas (Jogos) Educativos E Brincadeiras Atividades Culturais (Artes,	15 HORAS	15 HORAS	15 HORAS	600 HORAS	600 HORAS	600 HORAS	
Música) Formação de Hábitos de Higiene Cultura Digital e Tecnológica			G.F.E.V.13				
(Tecnologias Educacionais) Educação Ambiental (Horta							
Escolar)	\ \ \ \ \	RGA HORARIA SEN			ARGA HORARIA ANI		
	CARGA HOP	RARIA SEMANALTO	OTAL 35 HORAS	CARGA HOR	ARIA ANUAL TOTA	L 1400 HORAS	

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Fundamento Legal: LDBENnº 9.394/96

Dias letivos: 200 dias	Período: Integral diurno
Carga horária Anual: 1600h	Duração das aulas: 60 minutos
Carga Horária Semanal: 40 horas	Tempo destinado ao almoço e higienização: 1hora
Carga Horária Diária: 8h	Tempo destinado ao recreio: 15 minutos



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



MATRIZ CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL - ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO

Áreas de	Componentes	1°	ano	2°	ano	3°	ano	4°	ano	5° a	no
Conhecimento	Curriculares	CHS	СНА	CHS	СНА	CHS	СНА	CHS	СНА	CHS	СНА
	Língua Portuguesa	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
Linguagens	Iniciação a Língua Inglesa	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	Arte	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	Educação Física	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
Ciências da	Matemática	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
Natureza	Ciências	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
Ciências	História	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
Humanas	Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	Ensino Religioso	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
SME Secretaria Municipal de Educação	TOTAL	20	800	20	800	20	800	20	800	20	800
Atividades de Linguagens e Matemática	Estudo Dirigido de Língua Portugues a/Matem ática	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
Atividades Culturais e Esportivas	Oferta eletiva de Artes	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
	Oferta eletiva de Educação Física	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
Cultura Digital e Tecnológica	Cultura Digital e Tecnológica	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
Educação Ambiental	Educação Ambiental	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120
Total da Carg	a Horária Anual	15	600	15	600	15	600	15	600	15	600
Total	l Geral	35	1400	35	1400	35	1400	35	1400	35	1400

LEGENDA:

CHS=Carga Horária Semanal e CHA=Carga Horária Anual.

CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



De acordo com o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Dentro das Atividades Complementares propostas, cada Escola da Rede fará sua escolha, conforme a necessidade da comunidade escolar.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES 2024							
Atividades de Linguagens e Matemática	Estudo dirigido de Língua Portuguesa/ Matemática/Jogos Pedagógicos						
	Oferta eletiva de Artes	Coral Aula de Música					
Atividades Culturais e Esportivas	Oferta eletiva de Educação Física	Brincadeiras Jogos					
	Luucação i isica	Escolinha de futebol					
Cultura Digitale Tecnológica	Cultura Digitale Tecnológica –	Tecnologias Educacionais Pesquisas					
Educação Ambiental	Educação Ambiental	Horta Escolar					

Observações:

A carga horária é administrada em tempos de 60 minutos. Ensino Fundamental I - 1º ao 5º ano de escolarização.

A carga horária é administrada em tempos de 50 minutos, Ensino Fundamental II - 6º ao 9º ano de escolarização.

- 1. O currículo deverá ser composto de uma Base Comum integradas e articuladas aos Aspectos da Vida Cidadã (Saúde emocional, corporal, física e espiritual, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura e Linguagens) com as Áreas do Conhecimento;
- 2. A Educação Física será desenvolvida na forma de Recreação e Lazer e

CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



contará com o regente de classe e/ou com professores especializados;

- 3. O ensino de Artes contemplará quatro linguagens artísticas: artes visuais, teatro, dança e música;
- 4. As Unidades Escolares devem observar a demanda das disciplinas da Parte Diversificada oferecida em sua escola, para proceder de forma correta na distribuição de carga horária de 1400 horas nos Históricos.

ENSINO FUND	AMENTAL EDUCAÇÃO	DE TEN	IPO IN	TEGRAI	-ANO	S FINAI	S 6°AC	9°ANO)
Áreas de	Componentes	6°	ano	7°	ano	8° :	ano	9° :	ano
Conhecimento	Curriculares	CHS	СНА	CHS	СНА	CHS	СНА	CHS	СНА
	Língua Portuguesa	5	200	5	200	5	200	5	200
Linguagens	Língua Inglesa	1	40	1	40	1	40	1	40
Zanguuguns	Arte	1	40	1	40	1	40	1	40
	Educação Física	1	40	1	40	1	40	1	40
Matemática	Matemática	5	200	5	200	5	200	5	200
Ciências da Natureza	Ciências	2	80	2	80	2	80	2	80
Ciências Humanas	História	2	80	2	80	2	80	2	80
Cicheas Humanas	Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80
	Ensino Religioso	1	40	1	40	1	40	1	40
SME Secretaria Municipal de Educação	TOTAL	20	800	20	800	20	800	20	800
Atividades de Linguagens e Matemática	Estudo Dirigido de Língua Portuguesa/ Matemática	3	120	3	120	3	120	3	120
Atividades Culturais e	Oferta eletiva de Artes	3	120	3	120	3	120	3	120
Esportivas	Oferta eletiva de Educação Física	3	120	3	120	3	120	3	120
Cultura Digital e Tecnológica	Cultura Digital e Tecnológica	3	120	3	120	3	120	3	120
Educação Ambiental	Educação Ambiental	3	120	3	120	3	120	3	120
Total da Carg	a Horária Anual	15	600	15	600	15	600	15	600
Total	l Geral	35	1400	35	1400	35	1400	35	1400



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



LEGENDA:

CHS= Carga Horária Semanal e CHA= Carga Horária Anual.

De acordo com o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Dentro das Atividades Complementares propostas, cada Escola da Rede fará sua escolha, conforme a necessidade da comunidade escolar.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES 2024							
Atividades de Linguagens e Matemática	Estudo dirigido de Língua Portuguesa/ Matemática/Jogos Pedagógicos						
χ.	Oferta eletiva de Artes	Coral					
Atividades Culturais e Esportivas	Ailes	Aula de Música					
		Brincadeiras					
С Ебропича	Oferta eletiva de Educação Física	Jogos					
	Luucação i isica	Escolinha de futebol					
Cultura Digitale Tecnológica	Cultura Digitale Tecnológica	Tecnologias Educacionais					
rechologica	rechologica	Pesquisas					
Educação Ambiental	Educação Ambiental	Horta Escolar					

Observações:

A carga horária é administrada em tempos de 50 minutos.

Ensino Fundamental – Anos Finais - 6º ao 9º ano de escolarização.

1- O currículo deverá ser composto de uma Base Comum e da Parte Diversificada, ambas integradas e articuladas aos Aspectos da Vida Cidadã (Saúde emocional, física, psicológica, espiritual, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura e Linguagens) com as Áreas



CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



do Conhecimento; 2 - Será incluso na Parte Diversificada Língua Estrangeira Moderna,

- 3 O ensino de Artes contemplará quatro linguagens artísticas: artes visuais, teatro, dança e música;
- 4 Língua Estrangeira Moderna que poderá ser Inglês ou Espanhol, a critério da Unidade Escolar.





CNPJ: 25.063.892/0001-09

Avenida Araguaia s/n centro Araguanã - TO CEP.: 77.855-000 Fone: (63)3428-1144



LEI Nº 424/2024

04 DE DEZEMBRO DE 2024

"Dispõe sobre a Política de Alfabetização nos anos iniciais 1º e 2º ano, Regular de 9 anos do Ensino Fundamental da Rede municipal de ensino de Araguanã - TO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições Constitucionais, Legais e ainda de acordo com a Lei Orgânica do Municípi o, FAZ SABER, que a Câmara Municipal apreciou, aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

- **Art.1º** Fica instituída a Política de Alfabetização para os anos iniciais do Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, 1º e 2º ano , no município de Araguanã-TO, na forma desta Lei.
- **Art. 2º** No âmbito da política de alfabetização de que trata o artigo anterior, caberá ao Município implementar ações que propiciem as condições necessárias para a melhoria da qualidade do ensino, estabelecidas as seguintes responsabilidades:
- I- Ao Município caberá:
- a) Garantir a estrutura física e os insumos básicos para que as escolas tenham boas condições de funcionamento;
- b) Estabelecer, através de Decreto, as diretrizes para a correção do Fluxo Escolar através de Programas de atendimento a alunos com defasagem idade/série.
- II- A Secretaria de Educação responsabilizar-se-á por:
- a) Definir, anualmente, as diretrizes e metas que irão nortear a elaboração e / ou a atualização do Projeto Político Pedagógico da Escola- PPP e dos demais documentos pedagógicos das escolas municipais com relação à alfabetização;
- Definir, através de ato normativo, o programa de ensino para os anos iniciais 1º e
 2º anos do Ensino Fundamental, série regular;
- c) Definir o perfil do (a) professor (a) alfabetizador (a) para serem lotados nos 1º e 2º anos regular, anos iniciais;
- d) Realizar avaliações internas e externas de Leitura e Escrita, semestralmente de todos os alunos em processo de alfabetização;
- e) Acompanhar, bimestralmente, através da Secretaria Municipal de Educação, Supervisão Escolar e Coordenação de Programas Educacionais, os indicadores de gestão e os resultados das escolas da rede;
- f) Apoiar e avaliar o desenvolvimento de cada escola frente às metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico- PPP, em consonância com as diretrizes e metas da gestão municipal;
- g) Acompanhar os Planos de Ação de cada escola para o atendimento dos alunos, que não conseguem atingir as metas de aprendizagem previstas para cada ano/ série, assim como para aqueles alunos com alguma deficiência;





- h) Realizar a disseminação de prática pedagógica ou de gestão no campo do direito à alfabetização concernente ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
- i) Estabelecer meios de disseminação das boas práticas (sitio do órgão, link especifico, portal especifico, publicações e periódicos);
- j) Estabelecer a capacidade de atendimento em cada sala de aula de 1º e 2º ano, fixando o número máximo de 25 (vinte e cinco) estudantes, admitindo-se exceções após análise e parecer da Secretaria Municipal de Educação.
- III- A Direção da escola será responsável por:
- a) Garantir o cumprimento dos 200 dias letivos e 800 horas/ aulas estabelecidas na Lei 9.396/96 (LDB);
- b) Liderar a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Ação, e os demais documentos pedagógicos da escola, de maneira que estejam em consonância com as diretrizes e metas para a alfabetização de crianças, emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Responsabilizar-se pelo acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes e de seus resultados, considerando o currículo do ensino em vigor no município;
- d) Liderar o Projeto político Pedagógico da escola de maneira a garantir a implementação de uma metodologia adequada e as intervenções necessárias para o bom desenvolvimento dos estudantes;
- e) Proporcionar aos professores alfabetizadores os recursos didáticos e o suporte pedagógico necessário para o desenvolvimento de suas atividades;
- f) Garantir o acompanhamento e as intervenções necessárias para os estudantes que não estão alcançando as metas de aprendizagem estabelecidas pela escola em cada etapa;
- g) Acompanhar a prática pedagógica dos (as) Professores (as) alfabetizadores e Coordenadores Pedagógicos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º ano);
- h) Avaliar, periódica e sistematicamente, os professores, observando o progresso dos alunos.
- IV- Ao professor(a) incumbirá:
- a) Aplicar, com qualidade, a metodologia adotada;
- b) Promover a avaliação continuada para detectar o progresso dos estudantes;
- c) Buscar a sua permanente atualização;
- d) Fornecer, com fidedignidade, os dados dos alunos e o respectivo progresso;
- e) Realizar a recuperação dos alunos com dificuldades;
- f) Informar aos pais a situação do estudante.
- g) Realizar bimestralmente Atividades de boas práticas com evidências.
- **At. 3º** Caberá à Secretaria Municipal de Educação a edição de atos normativos complementares para viabilizar a aplicação desta Lei.
- **Art.** 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





Gabinete do Prefeito Municipal de Araguanã/TO, aos 04 dias do mês de Dezembro de 2024.

MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA

Prefeito Municipal







LEI Nº 425/2024.

04 DE DEZEMBRO DE 2024

"Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal da Mulher -SMM, adequa a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Araguanã - TO e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DEARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, Aprovou e EU, SANCIONO a seguinte Lei:

TÍTULO I SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER - SMM CAPÍTULO I DA FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica criada a Secretaria Municipal da Mulher - SMM, órgão da Administração Municipa l Direta, com a finalidade de assessorar, coordenar e articular junto à Administração, na definição e implantação de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, visando à sua plena integração social, política, econômica e cultural.

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal da Mulher:

I - assessorar a Administração Pública Municipal:

- a) na formulação, proposição, acompanhamento, coordenação e implementação de ações governamentais para promoção da igualdade entre mulheres e homens visando à ampliação de seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais e das políticas de gênero para a melhoria da qualidade de vida da mulher, sua autonomia e participação na sociedade;
- b) na formulação e implementação de políticas públicas que contribuam com o empoderamento, cidadania e participação política das mulheres;
- c) na formulação e implementação de políticas e ações de enfrentamento à violência contra a mulher;
- II elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municipal com a promoção da igualdade entre os sexos;
- III articular, promover e executar programas de cooperação entre organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a mulher;
- IV implementar e coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade;
- V implementar, coordenar, monitorar e avaliar o Plano Municipal de Políticas para a Mulher;
- VI assegurar a transversalidade das políticas para as mulheres, a partir de programas desenvolvidos em parceria com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municip a l;
- VII implementar programas para a construção da autonomia econômica das mulheres e outras atribuições correlatas e complementares na sua área de atuação;
- VIII estabelecer ações visando ao fortalecimento e à participação das organizações do movime nto de mulheres;

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Seção I Da Estrutura Básica

Art. 3º A Secretaria Municipal da Mulher tem a seguinte estrutura básica: I - Gabinete do (a) Secretário (a);



CNPJ: 25.063.892/0001-09



- II Coordenação de Enfrentamento à Violência;
- III Coordenação de Autonomia Econômica das Mulheres;
- **IV** Supervisão de Equipamentos;
- V Supervisão da Administração.

Seção II Do Detalhamento da Estrutura Básica Subseção I Do Gabinete do Secretário(a)

- Art. 4º Integram o Gabinete do(a) Secretário(a):
- I Chefia de Gabinete;
- II Assessoria de Participação e Controle Social;
- III Assessoria de Ações Temáticas.

Subseção II Da Coordenação de Enfretamento à Violência

- Art. 5º A Coordenação de Enfretamento à Violência tem a seguinte estrutura:
- I Gabinete do Coordenador;

Subseção III Da Coordenação de Autonomia Econômica Das Mulheres

Art. 6º A Coordenação de Autonomia Econômica das Mulheres tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete do Coordenador;

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES

Seção I Das Unidades de Assistência Direta ao Secretário Subseção I Direção de Gabinete

- Art. 7º A Direção de Gabinete tem as seguintes atribuições:
- I planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades técnicas e administrativas de apoio ao Secretário(a) Municipal da Mulher;
- II executar atividades relacionadas com as audiências e representações políticas e institucio nais do(a) Secretário(a) Municipal da Mulher;
- III examinar e preparar o expediente encaminhado ao Titular da Secretaria;
- IV supervisionar e coordenar as atividades de administração geral da Secretaria.

Subseção II Da Assessoria de Participação e Controle Social

Art. 8º A Assessoria de Participação e Controle Social tem como atribuição manter canais permanentes de relação com movimentos sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil.

Subseção III Da Assessoria de Ações Temáticas

Art. 9º A Assessoria de Ações Temáticas tem as seguintes atribuições:

I - prestar assessoria nas ações relacionadas ao planejamento da Secretaria;



CNPJ: 25.063.892/0001-09



- II assessorar na formulação de políticas para as mulheres nas áreas de educação, cultura, lazer, esportes, saúde, que promovam a igualdade racial, de orientação sexual, geracional, relativa a mulheres com deficiência e mulheres indígenas, sem prejuízo de outras formas de diversidade;
- III desenvolver e implementar programas e projetos temáticos nas áreas de educação, cultura, lazer, esportes, saúde, que considerem as mulheres em sua diversidade, visando à promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres de forma direta ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais.

Seção II Das Unidades Específicas Subseção I

Da Coordenação de Enfrentamento à Violência

- Art. 10. A Coordenação de Enfrentamento à Violência tem as seguintes atribuições:
- I propor políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, com vistas à prevenção, combate à violência, assistência e garantia de direitos a mulher em situação de violência;
- **II -** desenvolver, implementar e apoiar programas e projetos voltados ao enfrentamento à violênc ia contra a mulher, diretamente, ou em parceria com organismos governamentais ou demais setores da sociedade civil.

Subseção II Da Coordenação de Autonomia Econômica da Mulher

- Art. 11. A Coordenação de Autonomia Econômica da Mulher tem as seguintes atribuições:
- I apoiar e disseminar políticas, programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho, empreendedorismo e autonomia econômica das mulheres, diretamente, ou em parceria com organismos governamentais ou setores da sociedade civil;
- II desenvolver, apoiar e disseminar estudos e pesquisas sobre temáticas de gênero, estabelecendo indicadores, para subsidiar as definições de políticas para as mulheres e sua participação social;
 III avaliar e monitorar as políticas públicas para as mulheres do Município.

Subseção III Da Supervisão de Equipamentos

Art. 12. A Supervisão de Equipamentos tem poratribuição coordenar, supervisionar, avaliar e gerir os equipamentos sociais pertencentes à Secretaria Municipal da Mulher.

Subseção IV Da Supervisão de Administração

- Art. 13. A Supervisão de Administração tem as seguintes atribuições:
- I gerir os recursos orçamentários e financeiros, os contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres e os equipamentos de informática;
- II adquirir bens e serviços;
- III administrar os bens patrimoniais móveis;
- IV providenciar serviços gerais e de manutenção, englobando as atividades de zeladoria e realização dos serviços de manutenção predial.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DOS DIRIGENTES



CNPJ: 25.063.892/0001-09



- Art. 14. Ao Secretário (a) Municipal da Mulher compete planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades que integram a Secretaria e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Prefeito.
- **Art. 15.** Aos demais dirigentes da Secretaria Municipal da Mulher compete planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de suas respectivas unidades, e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas, em suas respectivas áreas de competência como: Fortalecimento da Rede de Atendimento, Ações Preventivas, Acesso a Justiça, Incentivo a Atividade Produtiva e Alternativa de Renda.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 16**. Até a efetiva implantação da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Mulhe r, a Secretaria Municipal Assistência Social prestará o apoio administrativo e a infraestrut ura necessária ao desempenho das atribuições da Pasta.
- Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, aos 04 dias do mês de dezembro de 2024.

MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA Prefeito Municipal





ANEXO ÚNICO

Quadro de Cargos em Comissão

CARGO	QUANTID ADE	VENCIMENTOS (R\$)
Secretário Municipal	1	3.200,00
Coordenador de		1.500,00
Enfrentamento à	1	
Violência		
Coordenador de		1.500,00
Autonomia	1	
Econômica das	1	
Mulheres		
Supervisor de	1	1.412,00
Equipamentos	1	
Supervisor da	1	1.412,00
Administração	1	
Diretor de	1	1.824,00
coordenação/Gabinete	1	
Assessor	2	1.412,00

GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, aos 04 dias do mês de dezembro de 2024.

MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA Prefeito Municipal





LEI Nº 426/2024.

04 DE DEZEMBRO DE 2024

"Cria a Secretaria Municipal de Planejamento e Governo do Município de Araguanã - TO e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DEARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, Aprovou e EU, SANCIONO a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica criada, no âmbito do Município de Araguanã, a Secretaria Municipal de Planejame nto e Governo, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações administrativas do Município, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da gestão pública.
- Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Governo:
- I Elaborar, implementar e acompanhar o planejamento estratégico e orçamentário do Município;
- II Coordenar a formulação de políticas públicas e projetos que visem ao desenvolvime nto econômico, social e urbano do Município;
- III Acompanhar e fiscalizar as ações governamentais, propondo melhorias e ajustes quando necessário;
- IV Organizar e manter a gestão dos recursos humanos e materiais relacionados à administração pública;
- V Promover a integração das secretarias municipais, otimizando a utilização dos recursos e evitando sobreposições de atividades;
- VI Assessorar o Executivo Municipal na elaboração de propostas de Lei, Projetos de Decreto Legislativo e outras normativas que envolvam o planejamento e a gestão administrativa;
- VII Assessorar o Prefeito Municipal em questões relativas à governança e relações políticas, promovendo a transparência e o bom relacionamento com os cidadãos, entidades públicas e privadas;
- VIII Implementar políticas públicas de transparência e participação social na gestão municipal;
- IX Coordenar a execução das ações de planejamento urbanístico e ambiental do Município.
- **Art.** 3º A Secretaria Municipal de Planejamento e Governo será composta pelas seguintes unidades organizacionais:
- I Departamento de Planejamento e Projetos Estratégicos;
- II Departamento de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas;
- III Departamento de Relações Institucionais e Governamentais.





- **Art.** 4º Compete ao Secretário Municipal de Planejamento e Governo:
- I Coordenar, supervisionar e orientar as atividades da Secretaria e seus departamentos; II - Representar a Secretaria em atos oficiais, bem como em audiências públicas e reuniões de interesse da Administração Pública Municip a la
- III Expedir atos administrativos necessários ao funcionamento e à organização da Secretaria;
 IV Submeter ao Prefeito relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Secretaria.
- **Art. 5º** O quadro de servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Governo será constituído por cargos de provimento efetivo e comissionado, conforme as necessidades da estrutura organizacional e as disposições da legislação municipal vigente.
- **Art. 6º** A Secretaria Municipal de Planejamento e Governo contará com recursos finance iros próprios, previstos no orçamento municipal, podendo solicitar a suplementação orçamentária sempre que necessário para o desenvolvimento de suas atividades.
- **Art.** 7º O Poder Executivo Municipal ficará autorizado a criar, se necessário, cargos e funções dentro da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Governo, conforme as necessidades da administração pública.
- ${\bf Art.~8^o}$ A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, aos 04 dias do mês de dezembro de 2024.

MAX NYLTON BARBOSADA SILVA Prefeito Municipal





ANEXO ÚNICO

Quadro de Cargos em Comissão

CARGO	QUANTID ADE	VENCIMENTOS (R\$)
Secretário Municipal de Planejamento e Governo	1	3.200,00
Coordenador de Planejamento e Projetos Estratégicos	1	1.500,00
Coordenador de Relações Institucionais e Governamentais	E V 1	1.500,00
Diretor de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	1	1.824,00
Assessor	2	1.412,00

